

Pais querem anuidades reajustadas pela URP

BRASÍLIA — A Federação Nacional das Associações de Pais de Alunos (Fenapa), criada segunda-feira e com 12 filiados, entregou ontem ao Ministro da Educação, Hugo Napoleão, um documento pedindo que as mensalidades escolares sejam reajustadas de acordo com a URP (Unidade de Referência de Preços) até junho. Pedem também que os valores cobrados a mais pelos colégios desde dezembro sejam devolvidos com correção monetária, ou descontados das futuras mensalidades.

De acordo com o documento, no segundo semestre os estabelecimentos de ensino deverão utilizar uma fórmula que assegure margem de lucro de 10 por cento. Entretanto, não leva em conta os percentuais do cálculo da Federação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino (Fenen) para a depreciação do imóvel, por exemplo.

A proposta de co-gestão também foi apresentada: o Governo cede o terreno e professores e comunidade constroem o prédio com recursos do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social (FAS), encarregando-se da manutenção. Após 12 anos, período do financiamento, a escola se torna pública.

A Fenapa pede ainda a revogação imediata do Decreto 95.720, que estabeleceu a liberdade vigiada dos preços das anuidades escolares. O Ministro da Educação explicou que o Decreto foi elaborado pelo Ministério da Fazenda, numa demonstração de confiança do Governo nas escolas.

Há males que vêm para bem. Se não fosse esta polêmica, a comunidade não teria se mobilizado — afirmou Napoleão, acrescentando que não esperava que houvesse abuso.

A Federação reivindicou ainda que a fiscalização dos aumentos escolares seja feita, a partir do segundo semestre, pelos Serviços de Proteção do Consumidor (Procon) e Associações de Pais de Alunos. A participação dos Conselhos Estaduais de



Napoleão recebe o documento do Presidente da Fenapa, Luís Casemiro

Educação é rejeitada porque, segundo a Fenapa, são manipulados e passíveis de corrupção. A proposta é de que o MEC patrocine a informatização dos Procons, pois somente com computadores será possível verificar os abusos.

— Só na Capital de São Paulo existem mais de duas mil escolas. Caso seja aprovada a nova fórmula para o segundo semestre, como é que vamos fiscalizá-las mensalmente? — indagou Marcelo Gomes Sodré, representante da Secretaria de Defesa do Consumidor de São Paulo, acrescentando que, pela nova fórmula, os colégios deverão apresentar seus custos em termos reais e não em percentuais, como vem acontecendo.

Os representantes das Associações de Pais — que se reuniram nos dois primeiros dias da semana, no I Encontro Nacional de Associações de Pais de Alunos — fizeram muitas de-

núncias. A Presidente da Associação de Pais de Alunos do Estado do Rio de Janeiro, Carmelena Pereira, disse existir uma lista negra feita por donos dos colégios com nomes de pais que reclamaram do alto preço das mensalidades.

— Em Jacarepaguá, esta lista serve para definir qual o aluno que conseguirá ou não vaga nos colégios. Muitos pais que tiveram seus filhos perseguidos em uma escola, quando foram tentar a transferência descobriram a dificuldade — disse Carmelena.

Ela criticou ainda a omissão do Governo do Estado em relação à Educação.

— Enquanto as escolas particulares têm financiamentos subsidiados, a minha filha mais velha, de 16 anos, não pode estudar porque o colégio em que está matriculada, o Pedro Álvares Cabral, em Copacabana, está ameaçado de desabar — afirmou.

Pais questionam a autoria do decreto

Na opinião da Presidente da Associação de Pais e Alunos do Estado de São Paulo, Hebe Tolosa, o Decreto 95.720, que liberou o reajuste das anuidades escolares, não foi elaborado nem pelo Ministério da Educação, nem pelo Ministério da Fazenda. Para ela, o texto do decreto é uma cópia da Deliberação 7, de maio de 1987, do Conselho de Educação do Estado, redigida por diretores das escolas particula-

res paulistas. Tolosa não ficou satisfeita com a declaração que o Ministro da Educação, Hugo Napoleão, fez a ela ontem, em Brasília, prometendo revisar o Decreto. A Presidente da entidade queria a sua revogação imediata.

Para atingir este objetivo, Hebe Tolosa chegou a mostrar ao Ministro Hugo Napoleão dois recortes de um jornal do Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino do Estado de

São Paulo. Um dos textos faz elogios ao advogado Adib Salomão, "mentor intelectual da liberdade vigiada". Na mesma publicação, Luiz Roberto Castro, que era Presidente da Comissão de Encargos Educacionais do Estado de São Paulo quando foi adotada a liberdade vigiada e que agora dirige a Associação de Escolas Privadas (Grupo), diz que ganhou "muito prestígio entre autoridades políticas, inclusive na esfera federal".